

RECLAMAÇÃO Nº 39.045 - SP (2019/0300719-9)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECLAMANTE : JONAS RAMPIM COSTA
ADVOGADO : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP384031
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE ITAPIRA - SP
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de Reclamação ajuizada por JONAS RAMPIM COSTA, com amparo no art. 105, I, “f”, da CF/88; no art. 988, II, c/c o § 5º, II, do novo CPC; e nos arts. 187 a 192 do RISTJ, impugnando sentença proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Itapira/SP que, nos autos da Ação Penal n. 1502208-76.2019.8.26.0272, a par de condená-lo à pena de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, assim como ao pagamento de 583 dias-multa, por infração ao art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006, decretou sua prisão preventiva.

Sustenta o Reclamante que o novo decreto de prisão teria se amparado nos mesmos fundamentos utilizados no decreto anterior (gravidade em abstrato do delito e quantidade de droga apreendida) e que foram reputados inidôneos para justificar sua prisão preventiva quando esta Corte examinou o tema no *Habeas Corpus* n. 526.466/SP.

Argumenta que o paciente está em liberdade e não deu qualquer azo para a decretação de sua prisão preventiva na sentença e que “em respeito ao 'princípio da presunção de inocência', deveria ser lhe concedido o direito de recorrer em liberdade até o esgotamento das vias recursais. Mormente quando diante das peculiaridades do caso concreto, não está afastada a possibilidade real do reconhecimento do tráfico privilegiado com a fixação de regime diverso do fechado, o que por si só, no momento torna o escarmento prematuro mais severo e nocivo do que o deslinde do julgamento do seu pleito recursal” (e-STJ fl. 3).

Superior Tribunal de Justiça

Pede, assim, liminarmente e no mérito, seja expedido contramandado de prisão, para que o Reclamante possa recorrer em liberdade até o esgotamento das vias recursais.

É o relatório. Passo a decidir.

No exame preliminar que esta fase processual permite, tenho que as alegações do Reclamante se revestem de plausibilidade.

Com efeito, quando examinei os fundamentos utilizados pelo Juízo de primeiro grau para converter a prisão em flagrante do ora Reclamante em preventiva, observei:

Como visto, a prisão preventiva foi decretada sem a indicação de elementos concretos, colhidos da conduta imputada, que demonstrem a periculosidade excepcional do paciente. O decreto apenas menciona que o tráfico é fonte de desestabilização das relações familiares, gerando problemas de saúde pública, como a dependência química, desencadeando ainda a prática de outros crimes.

Ocorre que "A restrição corporal cautelar reclama elementos motivadores extraídos do caso concreto e que justifiquem sua imprescindibilidade. Insuficiente, para tal desiderato, mera alusão à gravidade abstrata do crime, reproduções de elementos típicos ou suposições sem base empírica." (HC n. 126.815, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ Acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 04/08/2015, publicado em 28/8/2015).

*Ademais, o acusado é primário (e-STJ fls. 50/53) e a quantidade de droga apreendida – **cerca de 11 porções de cocaína, com peso total de 20g, e 18 porções de maconha, com peso de 18g,** segundo o laudo (e-STJ fls. 38/40) – não pode ser considerada elevada para fins de restrição total da liberdade.*

Ao final, concedi o *habeas corpus* de ofício, “para assegurar ao paciente a liberdade provisória, mediante a aplicação de medidas cautelares a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau”.

Ora, pelo que se lê do novo decreto de prisão preventiva posto na sentença condenatória, não foi acrescentado ao decreto anterior nenhum novo fundamento concreto que justificasse a medida cautelar, restringindo-se

Superior Tribunal de Justiça

os novos fundamentos utilizados pelo magistrado de primeiro grau, novamente, à periculosidade em abstrato do delito e à quantidade de droga encontrada na posse do Reclamante, quantidade essa que já foi expressamente reputada como pouco elevada e insuficiente para justificar o enclausuramento cautelar do Reclamante.

Confira-se o trecho da sentença que tratou do tema:

*Finalmente, em atenção ao disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, definida a responsabilidade do acusado pela prática do crime de tráfico de drogas, e tendo em conta que a grande quantidade de drogas apreendidas na posse do acusado demonstra não se tratar de traficante eventual que denota a maior periculosidade concreta da sua conduta impõe-se a decretação da prisão preventiva como forma de resguardar a ordem pública e a aplicação da lei penal. **Haja vista o desassossego social causado pela prática do delito de tráfico nos moldes do cometido pelo acusado**, a adoção de medidas cautelares diversas da prisão se mostra qualitativamente insuficiente. Por isso, com fundamento nos termos dos arts. 312 e 313, I, do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado JONAS RAMPIM COSTA, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.*

No sentido exposto, o magistério de JULIO FABRINI MIRABETE (Código de Processo penal Comentado, 6ª Edição, RT, p. 590), in verbis:

(...)

Ademais, é irrelevante o fato de o acusado ser primário, possuir bons antecedentes e residência fixa, consoante já decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, in verbis:

(...)

No mesmo sentido, ainda, o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

“HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ASSEGURAR A INSTRUÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA A TESTEMUNHAS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. A existência de indícios de autoria e a prova de materialidade, bem como a demonstração concreta de sua necessidade, lastreada na ameaça de testemunhas, são suficientes para justificar a decretação da prisão

Superior Tribunal de Justiça

cautelar para garantir a regular instrução criminal, principalmente quando se trata de processo de competência do Tribunal do Júri.

2. Nos processos de competência do Tribunal Popular, a instrução criminal exaure-se definitivamente com o julgamento do plenário (arts. 465 a 478 do CPP).

3. Eventuais condições favoráveis ao paciente tais como a primariedade, bons antecedentes, família constituída, emprego e residência fixa não impedem a segregação cautelar, se o decreto prisional está devidamente fundamentado nas hipóteses que autorizam a prisão preventiva. Nesse sentido: RHC 16.236/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 17/12/04; RHC 16.357/PR, Rel. Min. GILSON DIPP, DJ de 9/2/05; e RHC 16.718/MT, de minha relatoria, DJ de 1º/2/05).

4. Ordem denegada.

(STJ, 5ª Turma, v.u., HC nº 99071/SP, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julg. Em 28.08.2008)

Afora isso tudo, tem-se ainda que se cuida de crime equiparado a hediondo em que foi fixado o regime fechado, incompatível, portanto, com a condição atual do acusado (em liberdade).

(e-STJ fls. 23/25 - negritei)

Registro, por oportuno, que a Quinta Turma desta Corte vem entendendo que a superveniente sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, o que não se verifica na espécie.

Nesse sentido, entre outros, os seguintes julgados:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. PERDA DO OBJETO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECORRENTE QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A AÇÃO PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO PARCIALMENTE

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

1. Sobrevindo sentença condenando o recorrente à pena de 9 anos e 6 meses de reclusão pelo crime imputado, fica prejudicada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

2. **Não obstante a superveniência de novo título, este não acrescentou novos elementos ao decreto preventivo anteriormente proferido. Ora, para a Quinta Turma desta Corte, a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal.**

3. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

4. Hipótese em que a prisão foi decretada com base no *modus operandi* adotado no delito, que denota a personalidade perigosa do recorrente e o desprezo pela vida humana, uma vez que teria, visivelmente embriagado, efetuado disparos de arma de fogo em direção a diversas pessoas, um deles atingindo a vítima na nuca. A violência gratuita demonstrada na conduta é reforçada pela notícia, nos autos, de que o recorrente, na condição de policial militar, é apontado por testemunhas como autoritário e agressivo, elementos que são suficientes para justificar a segregação.

5. Ademais, o recorrente respondeu preso a toda a ação penal, de modo que, não havendo mudanças que o justifiquem, assim deve permanecer. Ora, a existência de édito condenatório enfraquece a presunção de não culpabilidade, de modo que seria incoerente, não havendo alterações do quadro fático, conceder, nesse momento, a liberdade.

6. Condições subjetivas favoráveis ao recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. *Precedentes.*

Superior Tribunal de Justiça

7. *Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação se encontra fundada na gravidade concreta do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.*

8. *Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.*

(RHC 80.214/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 21/02/2018) – negritei.

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. VÍCIO SUPERADO PELA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA QUE NÃO AGREGA FUNDAMENTOS AO DECRETO PRISIONAL PRIMITIVO. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. REVOGAÇÃO DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. PERICULOSIDADE CONCRETA DO AGENTE. MAUS ANTECEDENTES. PRISÃO QUE VISA OBSTAR A REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INAPLICABILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS DESPROVIDO.

1. (...).

2. *A Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça possui firme entendimento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o writ em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo. Precedente.*

3. *Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.*

4. *A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas*

Superior Tribunal de Justiça

instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos dos autos, a periculosidade do recorrente e a necessidade de se resguardar a ordem pública, uma vez que Jeferson, previamente ajustado com outros três indivíduos, além de dois adolescentes, exerceu grave ameaça com emprego de arma de fogo para efetuar a subtração de pertences da vítima. Ademais, Jeferson possui maus antecedentes, visto que ostenta condenação com trânsito em julgado, restando evidenciada a necessidade da prisão para evitar a reiteração delitiva e garantir a ordem pública.

Dessa forma, a prisão processual está devidamente fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.

Recurso ordinário em habeas corpus prejudicado quanto aos recorrentes GUILHERME, MATHEUS e LARISSA, em razão da perda superveniente do objeto, e desprovido quanto ao recorrente JEFERSON.

(RHC 80.253/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 07/06/2017) – negritei.

PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. AUSÊNCIA DO RÉU NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZOS À DEFESA. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE NEGADO. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

(...)

4. De acordo com o entendimento da Quinta Turma desta Corte, a superveniência de sentença de pronúncia ou condenatória constituirá 'título novo', de modo a prejudicar o conhecimento do habeas corpus, se a ela fundamento novo for agregado, o que se verifica na espécie.

5. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e, nesta extensão, não provido.

(RHC 70.869/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 17/04/2017)

Como consequência, é de se entender que a decisão monocrática de mérito por mim prolatada no *Habeas Corpus* n. 526.466/SP continua valendo e gerando efeitos, na medida em que a pretensão veiculada no referido *habeas corpus* não perdeu o objeto.

Aplicado esse entendimento ao caso concreto e patente que o novo decreto de prisão preventiva não agregou novos fundamentos a justificar a prisão cautelar do Reclamante, é de se reconhecer que, pelo menos em princípio, o comando judicial emanado desta Corte foi descumprido.

De outro lado, é patente o *periculum in mora* evidenciado na eminente e injusta inserção do Reclamante no cárcere sem título judicial válido que o justifique.

Ante o exposto, com amparo no art. 188, II, do Regimento Interno desta Corte e no art. 989, II, do CPC/2015, **concedo liminar**, para suspender o decreto de prisão preventiva contido na sentença proferida na Ação Penal n. 1502208-76.2019.8.26.0272 até o julgamento definitivo da presente Reclamação.

Mantido o comando contido no *Habeas Corpus* n. 526.466/SP, eventuais medidas cautelares estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau para serem cumpridas pelo Reclamante, em substituição ao encarceramento preventivo, serão mantidas a critério do magistrado de primeiro grau.

Cientifique-se, com urgência, o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Itapira/SP desta decisão, inclusive por e-mail, juntando aos autos cópia do recebimento do e-mail.

Em atenção ao disposto no art. 989, I, do novo CPC, requisitem-se informações da autoridade reclamada, no prazo de 10 (dez) dias.

A seguir, retornem os autos conclusos.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Ministro

